

Relatório da Audiência n.º [7-COF-XIV](#)

Dia: 22 de janeiro de 2020

ENTIDADE: Conselho de Opinião da RTP

ASSUNTO: Orçamento do Estado para 2020

Recebido pelos Senhores Deputados:

- Alberto Fonseca (PSD), Vice-Presidente da Comissão;
- José Magalhães (PS);
- Ana Paula Vitorino (PS);
- Sara Madruga da Costa (PSD);
- Jorge Costa (BE);
- Diana Ferreira (PCP);
- Ana Rita Bessa (CDS-PP);
- Paulo Moniz (PSD);
- Isabel Meireles (PSD);
- Rosário Gambôa (PS);
- Isabel Rodrigues (PS);
- Marta Freitas (PS);

Síntese dos Temas Abordados:

O Senhor Vice-Presidente deu as boas vindas aos representantes do Conselho de Opinião da RTP, dando nota do modo de condução dos trabalhos e do conhecimento que, posteriormente, seria dado a todos os membros da Comissão quanto ao teor da audiência.

A delegação do Conselho de Opinião da RTP agradeceu o agendamento da audiência e mencionou que a RTP apresentou a 29 de novembro de 2019 o seu orçamento, plano de investimentos e o plano de atividades. Disse que os compromissos assumidos para 2020 eram de 258,66 milhões de euros.

No que respeita à despesa, estavam previstos 16,29 milhões de investimentos, verba que corresponde ao valor do montante que o Estado deve entregar à empresa. Referiu também que no Orçamento do Estado para 2020, e contrariando o prometido, foram cortados 14,29 milhões de euros, restando apenas 2 milhões para investimento.

Em sede de debate, o Senhor Deputado José Magalhães (PS) referiu que no debate sobre a comunicação social realizado com a Senhora Ministra da Cultura e os Senhores Secretários de Estado foi assegurado que a robustez financeira da RTP é uma das metas do Governo, que assume o compromisso de modernização de equipamentos, que é um dos objetivos e metas para 2020.

A Senhora Deputada Sara Madrugada da Costa (PSD) disse que na anterior legislatura foi assumido o compromisso pelo Governo, de logo a seguir a investir na RTP-Açores, proceder aos necessários investimentos na RTP-Madeira, o que não veio a acontecer. Frisou ser bastante preocupante não haver verbas no Orçamento do Estado para 2020 para fazer esses investimentos e que os 2 milhões inscritos são manifestamente insuficientes para fazer face ao investimento que é prioritário para o Centro Regional da RTP Madeira.

Questionou se há alguma hipótese de o investimento na RTP Madeira avançar em 2020 quando não há verba no Orçamento de Estado para isso.

O Senhor Deputado Jorge Costa (BE) mencionou que o debate sobre a sustentabilidade dos meios de comunicação social tem um capítulo zero que é o do serviço público, fala-se da sustentabilidade da comunicação social privada e da necessidade de ter propostas que possam compensar as alterações estruturais que estão a ocorrer no mercado publicitário, mas a montante existe a garantia que o serviço público dá de que o acesso à informação tem esse esteio anterior que é garantido pelo serviço público de rádio e televisão.

A Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) disse que a presente audiência decorre da necessidade do cumprimento de uma obrigação por parte do Governo, não deste mas de vários Governos que já deveriam ter feito esta transferência há muito mais tempo para a RTP.

Mencionou que estão a falar do cumprimento de uma obrigação por parte do Governo cujas consequências pelo seu não cumprimento o Conselho de Opinião explicou, seja no que se refere ao Centro Regional da Madeira, a questão da rádio.

Transmitiu que é absolutamente urgente que o serviço público de rádio e televisão tem todas as condições para cumprir aquilo que está previsto no contrato de concessão.

Comissão de Orçamento e Finanças

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) disse que no que respeita ao orçamento para a RTP para o ano de 2020 tem inscrito uma verba de menos 14 milhões em relação à expectativa que estava firmada para o ano 2020 e que isso que tem consequências nos serviços de rádio, na RTP Madeira e na questão dos carros de exteriores, que pode por em causa aquilo que está estipulado no contrato de concessão em termos de serviço público.

Por outro lado, não só há menos verba, como há aparentemente em relação aquilo que a própria empresa apresentou como orçamentado, uma expectativa de uma geração adicional de 4 milhões, cuja origem é desconhecida.

Os representantes do Conselho de Opinião da RTP mencionaram, designadamente que os equipamentos que estavam previstos ser feitos em 2020 eram: a migração da televisão para a alta definição, a renovação dos meios exteriores, a renovação dos estúdios e sistemas de produção, emissão e distribuição de rádio, a atualização tecnológica digital, a renovação técnica das delegações e centros regionais e a resposta à Madeira, a otimização operacional, infraestruturas e reparações de equipamentos e sobretudo da rede, o que totalizava o valor de 16,29 milhões de euros, que é exatamente o mesmo número que o acionista Estado devia entregar à empresa em função do acordo assinado em 2003.

O Senhor Vice-Presidente da Comissão agradeceu as informações e esclarecimentos apresentados pelo Conselho de Opinião da RTP e deu por encerrada a audiência.

Diversa informação sobre a audiência, incluindo a gravação, pode ser consultada na [página internet da audiência](#), pelo que se dispensa o seu aprofundamento nesta sede.

Palácio de São Bento, 22 de janeiro de 2018

O Vice-Presidente da Comissão

Alberto Fonseca